

CONHECIMENTOS GERAIS

Brasil não pode mudar maioria penal

José Eduardo Cardozo, ministro da justiça, afirmou que qualquer tentativa de alteração da maioria penal é inconstitucional. Segundo ele, esta é uma cláusula pétreia da Constituição e, portanto, não pode ser alterada. "Mesmo que a questão jurídica fosse superada, você colocar um adolescente preso com adultos só vai agravar o problema. Só vai servir para organizações criminosas captarem gente", disse. Como alternativa, o ministro defendeu a discussão de outras medidas como o agravamento da pena para quem usar menores em ações criminosas.

Durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o ministro fez críticas ao sistema penitenciário. "As condições do sistema prisional brasileiro são péssimas. As organizações criminosas nascem dentro dos presídios", disse. O ministro defendeu a aplicação de penas alternativas para crimes menores. "O modelo atual não só não recupera como deixa a pessoa preparada para praticar delitos ainda maiores".

Texto extraído da Revista Isto e online:www.istoe.com.br/assuntos/semana/0 em 16/05/2013 com adaptações

QUESTÃO 1

De acordo com as ideias apresentadas no texto, marque a alternativa correta:

- a) O ministro, José Eduardo Cardozo, não se coloca contra a diminuição da maioria penal, ele simplesmente demonstra a impossibilidade jurídica para tal mudança.
- b) José Eduardo Cardozo limitou-se a criticar a mudança da maioria penal sem apontar alternativas.
- c) As ideias expressas no texto defendem a aplicação de medidas alternativas para crimes menores.
- d) Embora as instituições carcerárias tenham como função a recuperação dos infratores e exerçam com propriedade essas atribuições, a diminuição da maioria penal não é aconselhável, pois correr-se-ia o risco de que esses menores fossem aliciados por organizações criminosas, ainda presentes nos presídios.
- e) Ministro da justiça (linha 1) é um vocativo.

QUESTÃO 2

Quanto à concordância verbal, indique a frase que está totalmente correta:

- a) Podem haver mais sugestões ou possibilidades para a redução da maioria penal no Brasil.
- b) Devem haver outras soluções possíveis.
- c) Há de existir opiniões favoráveis à redução da maioria penal.
- d) Há de haver recursos para este mal.
- e) Existe muitos infratores à solta nas ruas.

QUESTÃO 3

Marque a frase em que o acento indicador da crase foi empregado de forma errada:

- a) Foi à Roma e não viu o Papa.
- b) Chegarei à uma hora da tarde.
- c) Dirija-se à caixa para pagar a mercadoria.
- d) Seguirei à tarde para São Paulo.

e) Ele obedecerá à tua vontade.

QUESTÃO 4

Assinale a alternativa que preencha corretamente os espaços em branco:

“Quanto a amigos, prefiro Joca ____ Pedro, ____ quem sinto ____ simpatia”.

- a) do que/ por/ menos
- b) a/ por/ menos
- c) a/ para /menas
- d) do que/ com/ menas
- e) do que/ para/ menos

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que preencha corretamente os espaços em branco:

"Ansiava _____encontrá-lo, a fim de _____ pelo sucesso".

- a) de / cumprimentar-lhe
- b) com / cumprimentar-lhe
- c) em / cumprimentar-lhe
- d) para / cumprimentar-lhe
- e) por / cumprimentá-lo

Você tem preconceito?

Estabelecer um conceito sobre algo antes mesmo de conhecer o assunto a fundo é uma defesa do ser humano contra experiências potencialmente arriscadas, sejam quais forem. Mas, ao contrário da impressão geral, preconceito e discriminação não são sinônimos.

O preconceito tem a ver com ideias que temos sobre alguma coisa, concebidas no nosso imaginário a partir do que aprendemos na escola, da forma de criação, da formação cultural entre outros fatores. Já discriminação é agir de acordo com esse conceito pré-concebido em sua mente.

"A discriminação é o preconceito em prática. Quando suas ideias viram atitudes ou você usa uma característica, para definir a forma de tratamento que dá a alguém", explica o diretor do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Geronimo Oliveira Muniz.

Segundo o professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, José Leon Crochik, em uma cultura que exige respostas rápidas como a nossa, a tendência é todo mundo desenvolver preconceitos.

Se criar preconceitos é inerente à natureza humana, não superá-los faz com que o indivíduo enxergue o mundo somente a partir da sua própria visão, muitas vezes incorrendo em desrespeito ao diferente e em atitudes criminosas.

Para o Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, Andrés Zarankin, é importante não só saber que existem outras visões de mundo, mas também respeitá-las e reconhecê-las como tão válidas quanto as nossas. "Se uma mãe disser que os ciganos, por exemplo, roubam crianças, o filho vai repetir esse preconceito, a menos que uma educação do Estado ou um grupo social permita a ele enxergar o mundo de outra forma", afirma.

*Fragmento de texto extraído do sítio www.ig.com.br/comportamento/2013-05-16
com adaptações*

QUESTÃO 6

De acordo com as ideias apresentadas no texto, marque a alternativa correta.

- a) "Concebidas" (linha 5), refere-se a alguma coisa (linha 5), deveria, portanto, estar no singular.
- b) Segundo José Leon Crochik, numa cultura como a nossa não há mais espaço para preconceitos.
- c) Podemos afirmar que ao não superarmos os nossos preconceitos passamos a enxergar o mundo somente a partir de nossa própria visão.
- d) A discriminação é inerente à natureza humana.
- e) Saber que existem outras visões de mundo basta para que se diminua o preconceito.

QUESTÃO 7

De acordo com as ideias apresentadas no texto, marque a alternativa incorreta.

- a) agir de acordo com um conceito pré-concebido, sobre um assunto que não conhecemos a fundo, é preconceito.
- b) O grupo social pode ser importante na ampliação da visão de mundo.
- c) Várias formas de discriminação são crimes.
- d) Em nossa cultura, a tendência é que todos tenhamos preconceitos.
- e) Somente após superarmos os nossos preconceitos, somos capazes de assumir nossa visão de mundo como a única correta.

QUESTÃO 8

Quanto à concordância verbal, indique a frase que está totalmente correta:

- a) Não se projeta casas boas como antigamente.
- b) Observou-se dois minutos de silêncio.
- c) Vendeu-se os restos do material.
- d) Assistiu-se a filme de boa qualidade.
- e) Como existem terrestres, também podem haver marcianos.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa que preencha corretamente os espaços em branco:

1. Vossa Excelência _____ prudente.
2. Não _____ haver motivos para tantos conflitos.
3. _____ coisas estranhas naquela cidade.

- a) sois/ devem/ acontecem.
- b) é/ deve/ acontece.
- c) sois/ deve/ acontecem.
- d) é/ deve/ acontecem.
- e) sois/ deve/ acontece.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que preencha corretamente os espaços em branco:

1. Não cumprimentei porque não _____ vi passar.
2. Entre você e _____ há grande diferença de idade.
3. Deixe as questões para _____ resolver.

- a) o/ mim/ mim.
- b) lhe/ e/ mim.
- c) lhes/ eu/ mim.
- d) o/ mim/ eu.
- e) lhes/ eu/ lhe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

Quanto aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**:

- a) O Princípio da Moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto.
- b) Segundo o Princípio da Legalidade, a Administração Pública poderá fazer tudo àquilo que a lei não veda e os indivíduos no campo privado só poderão fazer o que a lei permitir.
- c) Ao proibir que conste nome, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos busca-se preservar o princípio da publicidade.
- d) O Princípio da pessoalidade está estruturado na atuação do agente público naquilo que diz respeito ao desempenho de suas atribuições, a fim de obter os melhores resultados e, executar os serviços com presteza, perfeição e rendimento.
- e) O Princípio da Publicidade exige ampla divulgação em todos os atos praticados pela Administração Pública, mesmo que sigilosos.

QUESTÃO 12

Os elementos do ato administrativo são requisitos indispensáveis para sua válida produção de efeitos. Com base neste conceito, assinale a alternativa **correta**:

- a) O objeto é o conteúdo do ato administrativo, a própria substância da manifestação de vontade da Administração, elemento que compõe o chamado mérito administrativo.
- b) A competência é o conjunto de atribuições conferido por lei aos agentes públicos para o desempenho eficiente de suas funções. Elemento vinculado do ato administrativo.
- c) A forma é o objeto definido na norma de competência que o ato administrativo deve atingir. Elemento vinculado do ato administrativo.
- d) O motivo é a situação de direito e de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
- e) A finalidade é elemento vinculado, em um sentido amplo, que pode ser compreendida como o conjunto de formalidades que devem ser obedecidas durante o processo de formação do ato administrativo.

QUESTÃO 13

De acordo com a Constituição Federal o Congresso Nacional fiscalizará e controlará diretamente, ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Com base nesta informação. Assinale a alternativa **correta**:

- a) O controle é jurisdicional e interno.
- b) Receberá auxílio dos Tribunais de Contas e o controle é jurisdicional.
- c) O controle é legislativo e externo.
- d) O controle é administrativo e será auxiliado pelo Ministério Público da União.
- e) O controle é jurisdicional e externo.

QUESTÃO 14

No que diz respeito às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, assinale a alternativa **correta**:

- a) As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração direta.
- b) Lei criará as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.
- c) A forma de organização determinada para a Sociedade de Economia Mista será qualquer das formas admitidas no direito.
- d) Uma distinção entre as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas é com relação à composição do capital social. As primeiras são constituídas com capital inteiramente público e as últimas por capital público e privado.
- e) Os empregados das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista se submetem ao regime trabalhista comum, cujos princípios e normas se encontram na Consolidação das Leis do Trabalho.

QUESTÃO 15

Em relação aos servidores públicos, assinale a alternativa **correta**:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até 6 meses, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- c) A investidura em cargo público ou em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.
- d) Os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo, em virtude de concurso público, são estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- e) O servidor público estável quando em disponibilidade perderá o cargo efetivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 16

Marque dentre as seguintes assertivas aquela que não apresenta fundamento da República Federativa do Brasil.

- a) a soberania;
- b) a cidadania;
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

e) o pluralismo político.

QUESTÃO 17

Nos termos do art. 2º da Constituição Federal, são poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- a) o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público;
- b) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;
- c) o Legislativo e o Judiciário;
- d) o Executivo e o Legislativo;
- e) o Judiciário e o Ministério Público.

QUESTÃO 18

Acerca dos direitos individuais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) homens e mulheres são iguais perante a lei, não podendo a Constituição, em nenhuma hipótese, estabelecer direitos e obrigações diferenciadas para os dois gêneros;
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei ou de ato administrativo;
- c) é garantido o direito de propriedade, independentemente da observância da função social;
- d) é garantido não apenas aos brasileiros, como também aos residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- e) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes a Leis Complementares.

QUESTÃO 19

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assinale a assertiva abaixo que não expressa função institucional do Ministério Público conferida pela Constituição.

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados;
- c) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- d) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- e) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

QUESTÃO 20

Nos Estados organizados por constituição dotada de supremacia, para que esta característica seja preservada, é indispensável o controle dos atos infraconstitucionais, para verificação de compatibilidade formal e material em relação ao texto constitucional. O controle de constitucionalidade da Constituição da República Federativa do Brasil é feito mediante:

- a) somente o sistema difuso, no qual qualquer juiz pode apreciar a constitucionalidade de uma norma ou ato normativo;
- b) somente o sistema concentrado, no qual o controle de constitucionalidade é exercido por uma Corte especialmente investida desta função;
- c) somente o sistema difuso, no qual o controle de constitucionalidade é exercido por uma Corte especialmente investida desta função;
- d) somente o sistema concentrado, no qual qualquer juiz pode apreciar a constitucionalidade de uma norma ou ato normativo;
- e) o sistema difuso e o concentrado, no qual existe tanto a possibilidade de controle de constitucionalidade por qualquer juiz nos casos concretos, quanto a possibilidade de controle concentrado realizado por Corte constitucional.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 21

A menoridade cessa, **exceto**:

- a) Com o exercício remunerado como estagiário.
- b) Com o casamento.
- c) Com o exercício de cargo ou emprego público efetivo.
- d) Com estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- e) Com a emancipação.

QUESTÃO 22

Em relação aos bens, assinale a alternativa **correta**:

- a) Todos os bens à sucessão aberta são imóveis para efeitos legais.
- b) Um bem divisível não pode ser tornar indivisível por vontade das partes.
- c) Os condomínios irregulares, como acontece em Brasília, por estarem em área pública, podem ser objetos de usucapião.
- d) Aquele que de boa fé constrói em terreno alheio, cujo valor da construção excede o valor do terreno, não adquire a propriedade.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

QUESTÃO 23

No que diz respeito aos atos ilícitos, marque a alternativa **correta**:

- a) Constitui ato ilícito aquele que por ação ou omissão involuntária causar dano a outrem.
- b) Constitui ato ilícito aquele praticado em legítima defesa.
- c) Não constitui ato ilícito a destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente, mesmo que seja possível agir de outra forma.
- d) Constitui ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral
- e) Todo e qualquer ato ilícito é indenizável.

QUESTÃO 24

Quanto ao instituto da prescrição/decadência, é correto afirmar que:

- a) Suspende-se a prescrição dos alimentos com a execução extrajudicial.

- b) O representante legal do menor pode abrir mão do prazo prescricional/decadencial em favor do devedor de alimentos do menor.
- c) Prescreve em 2 anos a pretensão para haver prestações alimentares.
- d) O reconhecimento dos direitos dos alimentos prescrevem em 2 anos.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

QUESTÃO 25

O prazo prescricional para cobrança dos alimentos definidos judicialmente começa a correr:

- a) Quando o menor/credor passa a ser púbere, já que é assistido.
- b) Quando o alimentado atinge a idade de 21 anos.
- c) Quando o alimentado atinge 18 anos de idade.
- d) Quando os alimentos forem quitados por qualquer motivo.
- e) Quando o alimentante atingir 16 anos de idade.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que apresenta a teoria adotada pelo Código Penal Brasileiro para a determinação do lugar do crime:

- a) Teoria da Consunção
- b) Teoria da Ubiquidade
- c) Teoria da Ação
- d) Teoria da Execução
- e) Teoria do Resultado

QUESTÃO 27

Considerando o que dispõe o Código Penal Brasileiro quanto ao tempo do crime e à ultratividade da lei, assinale a alternativa correta.

- a) Para determinar o tempo do crime, o Código Penal Brasileiro segue a Teoria da Ubiquidade.
- b) Considera-se o praticado crime no momento em que ocorre o seu resultado.
- c) Mesmo depois de decorrido o período de sua duração, a lei temporária poderá ser aplicada aos fatos ocorridos sob sua vigência.
- d) A ultratividade da lei é um fenômeno não previsto na legislação penal brasileira.
- e) A lei penal pode retroagir para beneficiar o autor do fato criminoso, desde que ele ainda não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 28

Com relação às disposições do Código Penal sobre a territorialidade, marque a alternativa em que o crime descrito **NAO** se sujeita à lei penal brasileira:

- a) Homicídio praticado dentro de navio mercante de bandeira brasileira navegando em alto mar.
- b) Homicídio praticado dentro de navio da Marinha Brasileira atracado em porto da Holanda.
- c) Homicídio praticado dentro de avião de empresa aérea francesa em pouso no aeroporto de Guarulhos/SP.
- d) Homicídio praticado dentro de navio da Marinha Inglesa em passagem pelo mar territorial brasileiro.

e) Homicídio praticado dentro de barco pesqueiro brasileiro situado no mar territorial brasileiro.

QUESTÃO 29

Para que se configure o arrependimento eficaz, é necessário que o agente:

- a) Depois da execução do crime e da ocorrência do seu resultado, repare o dano ou restitua a coisa.
- b) Antes de iniciar a execução do crime, desista de praticá-lo
- c) Deixe de prosseguir na execução do crime, mesmo que involuntariamente.
- d) Deixe de prosseguir na execução do crime, por vontade própria.
- e) Depois da execução do crime, impeça que o resultado se produza.

QUESTÃO 30

Quanto aos elementos formadores do crime, assinale a alternativa em que se encontra uma excludente de ilicitude:

- a) Obediência hierárquica.
- b) Estrito cumprimento do dever legal.
- c) Embriaguez involuntária.
- d) Coação moral irresistível.
- e) Ausência de nexo causal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

QUESTÃO 31

Sobre capacidade processual e capacidade postulatória, marque a assertiva correta:

- a) A capacidade processual é a capacidade atribuída ao advogado para que ele pratique atos processuais em juízo na defesa dos interesses do jurisdicionado.
- b) O Código de Processo Civil estabelece que o juiz dará curador especial, entre outras hipóteses, ao incapaz que não tenha representante legal e ao réu revel citado com hora certa, por edital ou por meio eletrônico.
- c) É obrigatória, sob pena de nulidade absoluta, a citação de ambos os cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais mobiliários.
- d) A herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante regularmente nomeado pelo juiz.
- e) Em regra, os interesses de pessoas incapazes são perseguidos em juízo por elas próprias, representadas ou assistidas por seus representantes legais (pais, tutores ou curadores), tendo em vista não ser permitido a ninguém defender em nome próprio direito pertencente a terceira pessoa, salvo autorização expressa em lei.

QUESTÃO 32

Marque a assertiva correta a respeito da extinção do processo civil:

- a) Constituem hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito tanto a convenção de arbitragem quanto a celebração de acordo pelas partes.
- b) Dentre outros motivos, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito quando indeferir a petição inicial, quando acolher a alegação de litispendência ou de coisa julgada,

quando o autor desistir da ação, e, ainda, quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

c) Qualquer que seja o fundamento, a extinção do processo sem resolução do mérito não obsta a que o autor intente de novo a ação, porém a inicial somente será despachada depois que o autor comprovar o pagamento ou o depósito das custas e dos honorários de advogado.

d) Antes de extinguir o processo por abandono de causa, estabelece o Código de Processo Civil que o juiz ordenará a intimação da parte para que promova o andamento do processo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

e) O fenômeno da preempção, que está relacionado com a desídia da parte autora em promover o andamento do processo, é inaplicável ao processo civil.

QUESTÃO 33

Acerca da competência, é incorreto afirmar que:

a) O Ministério Público, por força de disposição legal, e na qualidade de *custus legis*, deverá intervir em todos os conflitos de competência suscitados ao Presidente do Tribunal pelas partes ou pelo juiz.

b) A competência é matéria definida em lei e, por isso, inderrogável por convenção das partes, razão por que lhes é defeso modificá-la, mesmo quando os critérios de sua fixação forem o do valor da causa e o do território.

c) A competência territorial, por ser relativa, deve ser arguida por meio de exceção de incompetência. Entretanto, poderá o juiz declarar de ofício a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, quando se tratar de relação consumerista, hipótese em que declinará de competência em favor do juízo de domicílio do consumidor.

d) A ação em que figurar como réu pessoa incapaz se processará no domicílio de seu representante legal.

e) A competência é determinada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações de fato e de direito que ocorrerem posteriormente, a menos que sejam referentes à supressão de órgão judiciário ou à alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia.

QUESTÃO 34

Sobre a intervenção de terceiros, marque o item correto:

a) A oposição, que pode ser oferecida em qualquer tempo no processo, deverá ser distribuída necessariamente ao juízo em que se processar a ação principal, que ordenará a citação dos opostos, na pessoa de seus respectivos advogados, para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

b) Quando apenas o fiador for demandado em juízo, ser-lhe-á facultado denunciar o devedor principal à lide, desde que o faça no prazo para contestar.

c) Sabendo-se que a denunciação da lide pode ser feita também pelo autor da ação, se o denunciado, citado, comparecer aos autos, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial por ele apresentada.

d) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá provocar o proprietário ou o possuidor por meio do chamamento ao processo.

e) O devedor processado pela integralidade da dívida não poderá chamar ao processo os demais devedores solidários, tendo em vista que a solidariedade impõe-lhe o dever de pagar integralmente o débito, cabendo-lhe, entretanto, o direito de regresso.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa incorreta a respeito da competência:

- a) A competência, em razão do valor e da matéria, poderá modificar-se pela conexão e continência, hipóteses em que o juiz deve determinar a reunião das ações propostas em separado para que sejam simultaneamente julgadas, evitando-se, assim, o risco de decisões conflitantes.
- b) O juiz da causa principal é também competente para o julgamento das ações acessórias, tais como a ação declaratória incidental e as ações de garantia.
- c) As ações fundadas em direito pessoal, em regra, são propostas no foro de domicílio do réu. Admite-se, contudo, que ações de indenização decorrentes de acidente de veículos em via terrestre sejam propostas no foro do domicílio do autor ou do local do fato.
- d) A reunião de processos que correm em separado perante juízes de mesma competência territorial será resolvida pela prevenção, de modo que será competente para decidir as causas aquele que despachou em primeiro lugar.
- e) De acordo com o Código de Processo Civil, o fato de uma dada ação ter sido intentada perante tribunal estrangeiro não obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, não havendo falar-se em litispendência.

Boa prova!